

LÍNGUA, LITERATURA E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA DO MODERNISMO BRASILEIRO

IVANALDO OLIVEIRA DOS SANTOS FILHO*

EMIAS OLIVEIRA DA COSTA**

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar, do ponto de vista sociolinguístico, a concepção de língua nacional que compõe o projeto literário do Modernismo brasileiro. Para essa análise, foram utilizados aportes teóricos provenientes especialmente da Sociolinguística: Monteiro (2000), Gnerre (1991), Bagno (1999), Tarallo (1994). Também foram utilizados referenciais teóricos oriundos do campo da sociologia literária, especialmente a obra de Eduardo Portella (1971), importante estudioso da literatura modernista brasileira. Foi possível perceber que a concepção de literatura nacional edificada pelo Modernismo brasileiro assenta-se sobre a ideia de uma língua nacional concebida em estreita relação com a oralidade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Modernismo brasileiro, literatura nacional, língua nacional, sociolinguística.

1 INTRODUÇÃO

No Modernismo brasileiro, a literatura se reveste de uma atitude duplamente revolucionária. Portella (1971) identifica e descreve essas duas revoluções: uma estética e outra conteudista. Num primeiro momento, com a geração de 1922, essa revolução recai essencialmente sobre o plano estético, isto é, sobre a estrutura do texto literário modernista. Com a geração de 1930, a ruptura operada se dá

* Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil.
E-mail: ivanaldosantos@yahoo.com

** Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil.
E-mail: emiasoliveira@hotmail.com

especificamente no plano de seu conteúdo, no modo como aborda os problemas sociais brasileiros.

Mas, além dessas duas revoluções, é possível, num outro nível de análise, identificar que o Modernismo no Brasil é também revolucionário em mais um aspecto: o sociolinguístico. Neste trabalho, empenhamo-nos em expor essa terceira revolução, procurando identificar que tipo de deslocamento ela provoca. Somada àquelas outras duas revoluções identificadas por Portella (1971), a análise do aspecto sociolinguístico do Modernismo brasileiro contribui para que se compreenda melhor a forma como ele se integra ao debate de sua sociedade e na construção do que Portella chama *perspectiva autenticamente brasileira*.

Dessa forma, este artigo possui um caráter transdisciplinar, ao associar teoria sociolinguística e teoria literária. Ao mesmo tempo em que toma o texto literário como objeto estético, o toma também como variedade de língua que ocupa um determinado lugar social.

2 BREVÍSSIMA HISTÓRIA DE UM OBJETO, A LÍNGUA

A ruptura que se verificou, no final do século XVIII e início do XIX, na figura epistemológica do século XVII, quando as empiricidades se fecharam sobre si mesmas, de modo que a história natural cedeu lugar à biologia, a análise das riquezas à economia política e a gramática geral ao estudo comparativo das línguas (FOUCAULT, 1999, 2007), levaria a uma retomada, um século mais tarde, de uma nova noção de signo linguístico, não mais nos moldes de uma filosofia do simbolismo linguístico de Platão, na qual o significante estava unido ao significado por *physei* (por natureza), mas sim numa perspectiva imanente: o signo linguístico é arbitrário, portanto, não motivado (SAUSSURE, 1969). Foucault (2013), analisando as condições epistemológicas que tornaram possíveis a emergência da Linguística Moderna, percebe que a redefinição da noção de signo linguístico é um dos principais fatores de diferenciação entre o pensamento de Saussure e o de Bopp.

Para Foucault (2013), enquanto Saussure representa uma ruptura epistemológica no saber da modernidade, Bopp pode ser colocado como pivô de uma ruptura arqueológica, uma vez que promove a percepção da língua não à maneira de uma gramática racional, como

no início do século XVIII, mas como conjunto de leis que lhes são próprias. Bopp, no entanto, não partiu de uma concepção sistêmica de língua, não averiguou possibilidades metodológicas nem definiu um objeto, apenas o percebeu (FOUCAULT, 1999). É Saussure quem efetivará tais procedimentos, retomando a noção de signo e, antes de qualquer atividade empírica, fundamentando-a teoricamente.

Ao privilegiar o estudo da *langue*, Saussure (1969) concebe o signo linguístico, isto é, a relação entre significante e significado, independente de fatores exteriores ao sistema linguístico; os condicionamentos provenientes da realidade que cerca os falantes de determinada língua são apenas sugeridos pela noção de *parole*. Entretanto, Foucault (2013) entende que essa percepção e elaboração teórico-sistemática do objeto são passos prévios a uma concepção de língua atravessada por sujeitos sociais. Isso significa dizer que uma definição de língua marcada pela diversidade e pela variação sociológica jamais seria possível no pensamento da gramática racional do século XVIII, mas apenas a partir da conjuntura epistemológica de uma linguística moderna.

3 A RELAÇÃO LÍNGUA E SOCIEDADE

Por volta da metade do século XX, os estudos de William Labov, colocando-se para além da imanência da língua, na tentativa de compreender a relação que ela mantém com o meio social em que estão inseridos os seus falantes, inaugura uma possibilidade outra de conceber a língua (MONTEIRO, 2000). Uma série de problemas novos surge, então, para os estudos da linguagem, dentre eles: a relação entre o *modus vivendi* e léxico, entre moral social e significado dos signos, entre sociabilidade humana e práticas linguísticas, entre classe social e língua etc.

A elaboração de tais problemas aproxima, de maneira intensa, o saber linguístico moderno de questões provenientes do campo sociológico e antropológico. Essa aproximação torna possível aos estudos linguísticos do século XX a investigação acerca do modo como se efetiva a relação imbricada entre sociedade e língua, levando-os a perceber que essa relação se manifesta, por exemplo, no léxico de um e outro sistema linguístico, e repercutem na existência ou não existência

de determinados lexemas, na quantidade de lexemas para se referirem a significados do mesmo campo semântico etc. Os esquimós, por exemplo, possuem um número significativo de palavras para designar o sema *gelo* (MONTEIRO, 2000). Ora, é sabido que o gelo é um elemento muito presente na cultura dos esquimós, justamente pela sua localização geográfica, o Polo Norte, diferentemente de línguas faladas em regiões temperadas e tropicais.

Fenômeno semelhante pode ser observado ao se atentar para a relação entre moral social e composição do léxico de determinada sociedade. Por exemplo, a língua portuguesa falada no Brasil possui uma quantidade considerável de lexemas utilizados para ofender as mulheres que trabalham com prestação de serviços sexuais ou que praticam sexo indiferentemente à moral social. Por outro lado, com relação aos homens com essas características, a quantidade de termos utilizados é bem menor, muitos dos quais sem conotação ofensiva, tal como o termo *garanhão* (TARALLO, 1994). Isso pode ser compreendido a partir da relação entre gênero e sexo na sociedade brasileira, relação marcada pela desigualdade de tratamento, em que o gênero masculino ocupa um lugar social de prestígio.

Ainda no que se refere à relação entre língua e gênero, Malcolm Coulthard (2001) analisou a linguagem utilizada na conversação entre cliente e atendente do mesmo sexo e de sexos diferentes em estabelecimentos comerciais norte-americanos. O autor verificou que, quando o atendente era do sexo feminino, o cliente do sexo masculino utilizava-se de formas de tratamento menos corteses do que as utilizadas com atendentes masculinos.

Ao abordar a relação entre classe social e língua, os estudos sociolinguísticos puderam perceber que não existem palavras totalmente permutáveis. Isso porque a palavra traz consigo os fatores sociais da comunidade linguística que a produziu. O termo *bucho*, por exemplo, não corresponde semântica e totalmente a *estômago*, já que enquanto aquele é amplamente usado na linguagem coloquial do Nordeste brasileiro, este último é muito mais recorrente na linguagem da comunidade científica (BAGNO, 1999).

Tais achados da Sociolinguística corroboram a ideia de que as características socioculturais encontram expressão no sistema

linguístico. A cultura de uma sociedade está intrinsecamente relacionada com a sua língua. Vale ainda citar mais uma exemplificação: as culturas ocidentais e orientais diferenciam-se na maneira como se relacionam com o mundo e a realidade que os cerca. Segundo o documentário *A linguagem* (COSCIENT GROUP INC., s/d), os orientais seguem o princípio filosófico da mudança e, por isso, uma montanha pode ter uma denominação no verão, outra no outono, outra no inverno e outra na primavera. Este é um expediente pouco aceitável na cultura ocidental.

O signo linguístico é, assim, tanto arbitrário quanto cultural (FIORIN, 2002, p. 60). A diversidade das línguas é prova tanto de sua arbitrariedade quanto de que a língua atende às necessidades comunicativas da *cultura* na qual estão inseridos os seus falantes. O termo *cultura* aqui deve ser entendido em sua acepção antropológica, e não como privilégio de um grupo social. Para Portella (1971, p. 72),

cultura é tudo aquilo que ajuda um povo a viver. Não deve ser, portanto, nem produto nem propriedade de minorias. Quando é propriedade ou produto de minorias o que se verifica é o esfacelamento da cultura nacional em duas culturas superpostas e refratárias entre si.

A refração entre culturas a que se refere Portella existe em relacionamento com a maneira pela qual se organizam e se hierarquizam, a partir de critérios socioeconômicos, a pluralidade cultural de determinada sociedade. Embora se verifique a coexistência de uma multiplicidade de grupos sociais marcados pelas especificidades que os distinguem, a relação entre poder e cultura resulta na elaboração de um campo cultural prestigiado socialmente, em detrimento de outros, aos quais se imputam pouco ou nenhum prestígio social.

A língua, produto e instrumento cultural de uma sociedade, também integra aquela dinâmica social de oposição entre classes e culturas, já que a homogeneidade linguística é um mito, e a língua varia de um estrato social para outro.

Conforme Gnerre (1991, p. 6-7),

uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos ‘internos’, quando confrontamos variedades

de uma mesma língua, e em termos ‘externos’ pelo prestígio das línguas no plano internacional.

Dessa forma, a variedade de língua utilizada pelos membros da classe dominante se reveste do prestígio econômico e social que essa classe possui, tornando-se socialmente valorizada e orientando o discurso falacioso da homogeneidade linguística.

Por ser a língua da classe dominante, cuja cultura tem a pretensão de ser exclusiva, aquela variedade é identificada, por aquele discurso falacioso, com a noção de cultura nacional. Por isso, ela é chamada de língua *culta*, ou seja, a língua da cultura nacional, e “considerada geralmente ‘a língua’” (GNERRE, 1991, p. 6).

O autor também afirma que “o passo fundamental na afirmação de uma variedade sobre as outras é sua associação à escrita e, conseqüentemente, sua transformação em uma variedade usada na transmissão de informações de ordem política e ‘cultural’” (1991, p. 7). Esses três fatores contribuem para a legitimação da língua da classe dominante como língua da cultura nacional. No Brasil, conforme Bagno (1997), para ela, confluem diversos investimentos que vão desde o sistema educacional, que promove o seu ensino, à legislação, escrita na variedade linguística chamada *culta*, bem como o sistema acadêmico e literário, cujos textos são escritos na língua da classe dominante.

Relacionando Gnerre (1991) e Bagno (1997), o sistema educacional é responsável pela associação dessa variedade à escrita, a legislação pela transmissão de informações de ordem política, e o sistema acadêmico e literário pela transmissão de informações de ordem “cultural”.

4 O MODERNISMO BRASILEIRO E A QUESTÃO DA LÍNGUA NACIONAL

A relação entre escrita literária e variedade linguística de prestígio, para a qual aponta Gnerre (1991), vê-se substancialmente deslocada diante das definições de *cultura nacional* e *língua nacional* elaboradas pelo Modernismo brasileiro.

Portella (1971, p. 73) relaciona e sintetiza estes dois entendimentos ao dizer que cultura nacional “são as noções, em qualquer campo do conhecimento, veiculadas com a clareza necessária

ao seu entendimento pela maioria daquela comunidade”. Dentro desse entendimento, a literatura modernista concebe a língua nacional a partir da variedade linguística falada no Brasil, da mesma maneira que a cultura brasileira é concebida a partir da noção de povo brasileiro ou, no dizer de Portella (1971, p. 73), “cultura nacional, ou popular,¹ é aquela que vamos encontrar na maioria dos participantes de uma determinada comunidade”.

A língua, portanto, propriamente brasileira, símbolo da cultura nacional, não deve ser buscada nas formas linguísticas restritas a uma classe, mas nos usos linguísticos do povo brasileiro ou, em outros termos, do falante brasileiro. Ainda mais porque a variedade linguística dita *culta* usa como fonte a língua de um longínquo falante português identificado social e culturalmente com as letras institucionalizadas. Advirta-se ainda que essa variedade dita *culta* não pode ser concebida como uma unidade trans-histórica, uma vez que aqueles a que hoje se atribui a alcunha de *classe culta* não são os mesmos desde sempre, não falam a mesma língua nem ocupam o mesmo lugar institucional.

A fala coloquial brasileira é a fonte da linguagem literária do movimento modernista no Brasil. Por isso, a coloquialidade é um traço marcante do estilo dos escritores modernistas; é um dos elementos caracterizadores de sua literatura. Cabe, porém, perguntar: sendo o Brasil um país de grandes dimensões territoriais, em que coloquialidade se funda o estilo modernista? Portella (1971, p. 36) afirma que “a descoberta da linguagem seria por 22”, todavia, isso não diz tudo, pois deixa em aberto a pergunta: que linguagem é descoberta pela primeira geração modernista?

Uma vez que a fala brasileira se afasta da língua portuguesa falada em Portugal, ela é utilizada, pela literatura modernista, como elemento a partir do qual se forja uma identidade nacional. Essa linguagem brasileira descoberta pela primeira geração modernista alcança a superfície linguística dos poemas de Mário de Andrade, tanto do ponto de vista do conteúdo do poema quanto do ponto de vista das escolhas lexicais.

No poema *Descobrimento*, o tema da identidade nacional vem acompanhado de escolhas linguísticas próprias da coloquialidade brasileira, dentre as quais se destaca o uso da expressão “que nem”:

“Esse homem é brasileiro que nem eu” (ANDRADE, 2009, p. 237). Extremamente identificada com a fala coloquial brasileira, a expressão “que nem”, utilizada para estabelecer uma relação de comparação, ainda hoje é proscrita em certos manuais didáticos. Outrossim, no poema *O poeta come amendoim*, a coloquialidade se manifesta em versos do tipo: “progredir, progredimos *um tiquinho*” (p. 237; grifo nosso).

Todavia, da mesma forma que o falar brasileiro se distancia do falar português, a língua falada em determinada região do Brasil não é a mesma de outra. Isso porque, “embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um *alto grau de diversidade e de variabilidade*” (BAGNO, 1999, p. 16; grifos do autor). Desse modo, não existe uma coloquialidade nacional homogênea, mas sim, novamente, a variedade coloquial de um determinado grupo social tomada como língua padrão. Observe-se, quanto a isso, que Mário de Andrade realizou em 1937, em São Paulo, o *Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Cantada*, cujo propósito era a definição do padrão de língua nacional e em que se “fixou o padrão carioca como mais perfeito” (ANDRADE, 1991, p. 102).

Na geração de 1922 do Modernismo brasileiro, a linguagem coloquial que o caracteriza provém da variedade falada na cidade, especificamente nos grandes centros urbanos do Brasil. É a chamada norma padrão urbana, a qual, segundo Abdala Júnior (1989), consolidou-se e difundiu-se a partir da linguagem jornalística. Além da linguagem urbana, Fábio Lucas (1987), fazendo algumas ressalvas a Mário de Andrade e Oswald de Andrade, observa também que “os modernistas de primeira hora tinham certa inclinação para os temas urbanos, às vezes intenção cosmopolita” (p. 46).

Mas a geração de 1930, por sua vez, vai ao encontro da língua portuguesa falada no interior do Brasil, ao tempo em que investiga as questões sociais desse espaço, o campo. Nesse sentido, língua e espaço caminham paralelamente na construção literária modernista: a descoberta da linguagem urbana, na primeira fase, vem acompanhada dos temas urbanos; a exploração da linguagem sertaneja do regionalismo de 1930 no Nordeste está atrelada à exploração dos temas próprios das sociedades rurais nordestinas. Num e noutro caso, o que se verifica, apesar dos perigos de uma nova homogeneização, é um significativo

deslocamento da concepção de língua literária, bem como de língua *de cultura* e, por consequência, do próprio conceito de língua, e ainda da função da linguagem literária como guardiã da língua *culta*.

Essa variedade de língua, tomada como *bom* uso da língua portuguesa, fundamenta-se dentro de uma acepção estática de língua e “de um ‘entreguismo’ linguístico decorrente do saudosismo pueril dos proprietários da língua” (PORTELLA, 1971, p. 81). Também segundo o autor, a justificativa para tal “entreguismo” é encontrada no fato de que, no Brasil, o debate dos problemas da língua se encontra “geralmente entregue ou às limitações dos especialistas – somos um país mais de gramáticos que de filólogos ou linguísticas (*sic*) – ou à inocência irresponsável dos leigos” (1971, p. 82).

Por isso, as questões da língua ficam restritas ao campo da correção gramatical, tomando-se a gramática portuguesa como parâmetro ideal. Ao desconsiderar as suas “manifestações práticas, coloquiais, emocionais, sentimentais e artísticas da língua usada majoritariamente no Brasil” (PORTELLA, 1971, p. 82), esta se torna um objeto estático, homogêneo, propriedade de uma minoria e instrumento de diferenciação social.

Como objeto estático e homogêneo, a modalidade escrita é, nessa concepção de língua, privilegiada em detrimento da modalidade falada, visto que esta é caracterizada de forma heterogênea em suas práticas e usos. A estabilidade na língua está associada à estabilidade da estrutura socioeconômica e, por isso, à manutenção do poder estabelecido. Assim, objetivando a depreciação da modalidade falada, pela sua heterogeneidade avessa à estabilidade desejada, à fala são atribuídos conceitos pejorativos, como vícios, corruptelas, contaminação.

Mais do que veicular significados e metáforas, a linguagem literária servia ainda à sociedade brasileira, dado o seu distanciamento da língua efetivamente nacional e a proximidade com a língua lusitana, como modelo a ser seguido. Daí que, durante muito tempo, as regras de bom uso da língua se apoiavam nos registros literários, em que eram justificadas, ou não, determinadas construções linguísticas.

Como afirma Gnerre (1991), a linguagem não tem a função exclusivamente comunicativa, mas, dentre outras funções, a de “comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha

que ocupa na sociedade em que vive” (1991, p. 6). Os literatos, então, ocupavam uma posição privilegiada nas definições do uso da língua, enquanto os falantes das ruas, das favelas, do povo, embora majoritários, mobilizavam pouca ou nenhuma autoridade acumulada nos seus atos linguísticos.

Dessa mesma maneira, a literatura não cumpria apenas uma função exclusivamente estética, mas, conforme o que diz Gnerre (1991) acerca da relação entre escrita e variedade padrão, a literatura, enquanto manifestação cunhada na modalidade escrita, contribuía para a legitimação da variedade considerada culta e tomada como padrão.

Ao trazer para o texto literário o uso coloquial da língua portuguesa falada no Brasil, os escritores modernistas absorvem os registros linguísticos antes colocados de fora do entendimento de língua culta, revertendo a função social anteriormente desempenhada pela literatura. Ou seja, o mesmo instrumento de consolidação da variedade linguística da classe dominante passa agora a trabalhar para a legitimação da variedade coloquial, em que, para os modernistas, se localiza de fato a língua nacional. Em outros termos ainda, reverte-se ideologicamente a função da linguagem literária.

A partir da aproximação entre linguagem literária e linguagem falada pelos falantes brasileiros, funda-se um novo conceito de língua que não mais se apoia exclusivamente na modalidade escrita da língua portuguesa. Não se está, obviamente, afirmando que a literatura modernista passou a ser disseminada através da oralidade, mas sim que os registros da língua oral passaram a compor a literatura, ainda que escrita.

Dessa forma, novos sentidos se elaboram acerca da escrita, já que sua significação não mais se constrói a partir de um discurso de distanciamento em relação à fala. Ao mesmo tempo em que desloca os sentidos da escrita e, por consequência, da fala, constrói uma aproximação entre literatura e leitor, tornando possível estabelecer, tanto com o material linguístico-literário quanto com os temas abordados, uma relação de identificação.

Essa nova visão sobre a língua, fundada na modalidade falada no Brasil, não poderia enxergá-la senão pela lente da heterogeneidade e concebê-la senão como instrumento vivo, dinâmico e diverso, como

o é a fala e como o fará o regionalismo da segunda geração modernista, principalmente. Palavras do léxico nordestino são abundantes, por exemplo, em *Menino de engenho*: “saber quanto dera a *cuia* de farinha” (REGO, 2006, p. 90; grifo nosso); “podiam roubar as mandiocas, mas não lhe *bulissem* nas matas” (p. 68; grifo nosso). Trata-se, ao contrário do regionalismo naturalista, não de descrever uma região de um ponto de vista exterior, mas sim de falar desse espaço a partir de sua própria linguagem.

Indo além do padrão falado nos grandes centros urbanos brasileiros, a literatura regionalista do Modernismo explora a língua na sua variedade dentro do território nacional. Enquanto a geração de 1922 desloca o conceito de língua da modalidade escrita para a modalidade falada, a geração de 1930 vai além, ao explorar a variedade da língua falada no Brasil. Essa exploração não se restringe ao registro do léxico regional nas falas das personagens, como se pode ver em textos regionalistas românticos. A diferenciação linguística entre discurso do narrador e falar regional das personagens não mais se evidencia. O modo como o narrador formaliza seu discurso integra-se ao regionalismo da obra.

Essa integração explica por que Graciliano Ramos utiliza-se recorrentemente do discurso indireto livre, no qual a fala da personagem se confunde com a fala do narrador. Em Raquel de Queiroz, essa integração repercute sintaticamente no discurso do narrador. Os longos períodos dos textos literários românticos, realistas e naturalistas, marcados por muitas orações intercaladas, cedem espaço a períodos quase sempre simples, comuns na coloquialidade. Em *O quinze*, por exemplo, pode-se ler: “O bonde deu um tombo forte. Lurdinha bateu com o queijo no castão da sombrinha, muito fino e comprido. Alice, a irmã mais nova, soltou uma gargalhada estrepitosa” (QUEIROZ, 1993, p. 93).

Embora o regionalismo nordestino tenha sido o de maior expressividade, outros romancistas, do centro-sul, além dos poetas mineiros, exploravam a fala regional e “aperfeiçoavam eles a utilização da linguagem de todo o dia, por encontrar nela a expressão própria da alma brasileira” (PORTELLA, 1971, p. 38). Mesmo diferenciados pela variedade regional, o autor afirma ainda que

os romancistas do nordeste – José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, Amando Fontes, José Lins do Rego, Jorge Amado, Graci-

liano Ramos – ou do centro-sul – Érico Veríssimo, Cornélio Penna, Cyro dos Anjos, Octávio de Faria, Marques Rebelo, Lúcio Cardoso – apoiam-se fundamentalmente no valor humano [...] (p. 37-38)

Isto é, a busca pelo homem brasileiro em sua multiplicidade cultural é a marca do romance regionalista de 1930, seja o nordestino ou o do centro-sul. “Estamos criando o nosso humanismo” (PORTELLA, 1971, p. 37), afirma Portella sobre o regionalismo modernista, referindo-se especialmente ao interesse dessa literatura pelas questões sociais em que esse homem está embebido. O homem brasileiro revelado por essa geração modernista é também, em grande parte, a sua língua.

Isso porque língua e identidade estão intimamente relacionadas. Língua não é apenas funcionalidade e comunicação, mas também identidade social e cultural, tendo em vista que ela é um dos fatores envolvidos no processo de elaboração de uma consciência de pertencimento social (TAJFEL apud LANE, 2006, p. 34). Conforme Gnerre (1991), quando alguém fala, diz muito sobre sua cultura: os traços de uma produção linguística permitem mais do que a identificação da mensagem; permitem também a identificação de quem fala, onde vive, sua condição social, etária, ideológica etc. Essa ideia vale para as vozes que falam na tessitura de um texto literário, de modo que, tomando-se o modernismo de 1930, as marcas de variedade linguística tópica permitem identificar se se trata de um romancista do Nordeste ou do Sul.

Assim, o romance de 1930 no Nordeste é humanista tanto do ponto de vista social, expresso principalmente na análise sociológica do homem sertanejo, construída em profunda relação com a descrição do espaço onde se passa a ação, quanto do ponto de vista linguístico, já que a língua das personagens está intrinsecamente relacionada com o espaço em que elas atuam.

Mais do que contribuir para a composição da personagem, a exploração dos traços linguísticos da fala sertaneja auxilia também na construção referencial do espaço romanesco. Não é só a presença de arbustos, cactos, céu azul, cercas, açudes e terra seca que constrói referencialmente o território nordestino, em *Vidas Secas*, por exemplo; é também o aspecto linguístico da narrativa que auxilia nessa construção, já que se trata de uma variedade de língua portuguesa utilizada

exclusivamente em determinada região do país. Esse indício referencial linguístico é confirmado pelos demais que a ele serão acrescentados, tais como a caracterização física das personagens e a descrição geográfica do espaço (BARTHES, 1984).

É preciso enfatizar que esses indícios são referenciais; servem, portanto, de referência para a construção literária do espaço romanesco. A obra literária, como obra de arte, é autônoma, logo o espaço ali construído não deve ser confundido com o espaço real, bem como os demais elementos não devem ser confundidos com a realidade. Assim, mesmo que as personagens do romance de 1930 no Nordeste sejam sociológica, geográfica e linguisticamente identificáveis na realidade brasileira, elas não podem ser tomadas senão como personagens de ficção, elaboradas por uma estética literária (CÂNDIDO, 1976).

Enquanto estética literária, o que se encontra no texto literário é antes um recorte do mundo factual. Se, por exemplo, o regionalismo de 1930 do Nordeste concentrou suas tramas no espaço rural, isso não significa que o Nordeste do início do século XX não fosse maciçamente preenchido por aglomerados urbanos, marcados por uma variedade linguística singular. Por outro lado, ainda que a literatura não seja um retrato da realidade, isso não impede que ela tenha grande influência na denúncia social, na construção ou desconstrução de ideologias e na atuação social de maneira geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, ao debatermos o caráter sociolinguístico da literatura modernista, trouxemos à tona questões referentes à relação entre escrita, oralidade, classe prestigiada socialmente e discurso homogeneizante, bem como reflexões sobre a conceituação de cultura e identidade brasileira.

Foi possível perceber que, a partir da exploração da fala brasileira, da pesquisa nas manifestações orais da cultura brasileira, da estilização da variedade de língua falada pelas classes populares desprestigiadas econômica e culturalmente, a literatura modernista renuncia a noção de *língua bela* e *culta* atribuída à língua portuguesa do colonizador europeu.

A escrita literária – instrumento de legitimação de uma determinada variedade linguística, uma vez que concebida como modelo de *língua* e tomada como objeto de ensino pelo sistema educacional – torna-se, no Modernismo brasileiro, instrumento daquela revolução sociolinguística, ao utilizar-se esteticamente, em sua linguagem literária, da língua falada pelas classes desprestigiadas brasileiras.

Por fim, é preciso destacar que não nos coube avaliar o alcance real dessa revolução sociolinguística junto à estrutura social, cultural e educacional da sociedade brasileira. Limitamo-nos em identificar a ruptura que ela representou para a noção de *língua*, mesmo antes do desenvolvimento dos estudos sociolinguísticos.

LANGUAGE, LITERATURE AND SOCIETY: A SOCIOLINGUISTIC ANALYSIS OF
BRAZILIAN MODERNISM

ABSTRACT

This paper aims to analyze, from the sociolinguistic point of view, the conception of national language that makes up the literary project of Brazilian Modernism. This analysis uses theoretical contributions particularly from Sociolinguistics: Monteiro (2000), Gnerre (1991), Bagno (1999), Tarallo (1994). Theoretical frameworks from literary sociology were also used, especially the book of Eduardo Portella (1971), important researcher of the Brazilian modernist literature. It could be observed that the concept of national literature built by Brazilian modernism rests on the idea of a national language designed in close relationship with the Brazilian orality.

KEY WORDS: brazilian modernism, national literature, national language, sociolinguistics.

LENGUA, LITERATURA Y SOCIEDAD: UN ANÁLISIS SOCIOLINGÜÍSTICO DEL
MODERNISMO BRASILEÑO

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar, del punto de vista sociolingüístico, el concepto de lengua nacional que compone el proyecto literario del Modernismo brasileño. Para este análisis, se utilizaron los aportes teóricos de Sociolingüística principalmente: Monteiro (2000), Gnerre (1991), Bagno (1999), Tarallo (1994). También, marcos teóricos derivados del campo de

la sociología literaria, especialmente la obra de Eduardo Portella (1971), destacado estudioso de la literatura modernista brasileña. Se pudo observar que el concepto de literatura nacional construido por el modernismo brasileño se basa en la idea de una lengua nacional diseñado en estrecha relación con la oralidad brasileña.

PALABRAS CLAVE: modernismo brasileño, literatura nacional, lengua nacional, sociolingüística.

NOTA

1. Acerca do impasse entre cultura popular e impopular, Portella prefere o conceito de cultura brasileira como forma de aglutinação, pois “o conceito de cultura popular como entidade autônoma, como instrumento de unificação cultural e ideológica da nação, se fortalece e se alimenta na ideia do revide; como o povo não é beneficiário do nosso processo cultural, a cultura popular surge como solução, como ponte entre a ‘cultura da elite’ e ‘cultura do povo’” (1971, p. 72). Ao utilizar o termo *popular*, Portella o faz a partir da ideia de que “o que existe é a Cultura que é autelutur o que existe r da id a cultura autonomPortella prefere o conceito de cultura brasileira autêntica; e toda cultura autêntica é ou deve ser popular” (1971, p. 73).

REFERÊNCIAS

- ABDALA JR., Benjamin. *Literatura: história e política*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, M. de. *Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo*. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.
- _____. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Vida Melhor, 2009.
- BAGNO, M. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BARTHES, R. O efeito de real. In: BARTHES, R. et al. *Literatura e realidade: o que é realismo?* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.
- CÂNDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

- COSCIENT GROUP INC. *A linguagem*. Canadá, [s/d]. (Série Ecce Homo; 52 minutos; Documentário). Disponível em: <http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=832>. Acesso em: 16 jan. 2011.
- COULTHARD, M. *Linguagem e sexo*. Tradução de Carmen Rosa Caldas-Coulthard. São Paulo: Ática, 2001.
- DUARTE, P. M. T. *Introdução à semântica*. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.
- FIORIN, J. L. Teoria dos signos. In: _____. (Org.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Contexto, 2002.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. (Coleção Ditos e Escritos; 2).
- GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LANE, S. T. M. *O que é psicologia social*. 22. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- LUCAS, F. *O caráter social da ficção no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).
- MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- PORTELLA, E. *Literatura e realidade nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.
- QUEIROZ, R. de. *O quinze*. São Paulo: Siciliano, 1993.
- REGO, J. L. do. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

Recebido em 21 de abril de 2014

Aceito em 30 de julho de 2014
